



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO / UFMA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DO
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS / PROFEBPAR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RONILDO MARIZÊ RIBEIRO GUAJAJARA

**AS REALIDADES DOS PROFESSORES BILÍNGUES ATUANDO EM ESCOLAS
NA T. I. BACURIZINHO EM GRAJAÚ DO MARANHÃO**

Grajaú – MA
2023

RONILDO MARIZÊ RIBEIRO GUAJAJARA

AS REALIDADES DOS PROFESSORES BILÍNGUES ATUANDO NAS ESCOLAS
NA T. I. BACURIZINHO EM GRAJAÚ DO MARANHÃO

Monografia de fim de curso TCC desenvolvido para apresentação da Universidade Federal do Maranhão como requisito obrigatório para colação do grau de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr. Wellington da Silva
Conceição

Grajaú – MA
2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

RONILDO MARIZÊ RIBEIRO GUAJAJARA

AS REALIDADES DOS PROFESSORES BILÍNGUES ATUANDO NAS ESCOLAS
NA T. I. BACURIZINHO EM GRAJAÚ DO MARANHÃO

Monografia de fim de curso TCC desenvolvido
para apresentação da Universidade Federal do
Maranhão como requisito obrigatório para colação
do grau de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profª Wellington da Silva Conceição

Trabalho avaliado e aprovado em: _____ do mês _____ de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição – UFMA
Orientador

Profa. Dra. Betânia Oliveira Barroso – UFMA
Examinadora

Profa. Dra. Regysane Botelho Cutrim Alves – UFMA
Examinadora

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

GUAJAJARA, Ronildo Marizê Ribeiro.

AS REALIDADES DOS PROFESSORES BILÍNGUES ATUANDO EM
ESCOLAS NA T. I. BACURIZINHO EM GRAJAÚ DO MARANHÃO /
Ronildo Marizê Ribeiro GUAJAJARA. - 2023.
40 p.

Orientador(a): Wellington da Silva CONCEIÇÃO.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Aldeia Bacurizinho. 2. Aulas Bilíngue. 3. Escola
Indígena. 4. Professor Indígena. I. CONCEIÇÃO,
Wellington da Silva. II. Título.

“Dedico este trabalho a todos que até aqui me apoiaram e à minha etnia indígena”

AGRADECIMENTOS

Ao nosso grande Deus vivo e criador de todas as coisas, que nos ama e que nos permite escolher o que queremos ser no futuro.

A toda minha família que me deu muita força em cada fase de estudos porque eles foram minha base de força para terminar este curso. E, especial aos meus pais Wilson José Ribeiro e minha mãe Edilene Marizê de Sousa que muito me incentivaram para entrar neste curso e, depois para lutar até o fim e concluí-lo.

Muito em especial aos professores de Pedagogia da UFMA que tiveram comigo muita paciência e muita atenção sempre respondendo o que eu precisava saber. E, agora me orientando muito bem sobre metodologia científica que torna possível entender os métodos de pesquisa.

Aos alunos de turma e, em especial aos parentes índios que estudam junto e dividiram tarefas de pesquisa conjunta por todo curso.

RESUMO

Tendo como objeto de estudo uma temática relativa as realidades vividas por professores indígenas bilíngues que atuam em escolas indígenas na Terra Indígena Bacurizinho no município de Grajaú – MA, este trabalho se divide em resultado do estudo teórico feito em abordagem qualitativa apresentado informações relativas as realidades históricas, políticas, culturais, sociais e de investimentos em criação de escolas nas aldeias brasileiras para promover educação e preparo para a vida acadêmica futura de indígenas que precisam voltar para sua terras e atuar como docentes nestas escolas preparando novos indígenas para seguir o mesmo percurso de desenvolvimento intelectual, social, político e econômico em busca de sua cidadania através do conhecimento e capacidade de exercer a própria cidadania enquanto cidadão esclarecido, ciente de seus direitos e deveres cívicos. O que se faz possível com a escolarização e a formação de nível superior. Logo, por meio das pesquisas se tem como objetivos: investigar as condições de trabalho dos professores indígenas em escolas da aldeia Terra Indígena Bacurizinho localizada no município de Grajaú – MA. Outros objetivos são: entender o quanto é importante que o professor indígena tenha formação em Pedagogia e outros cursos de licenciatura que os habilitem a dar aulas de forma profissional nas escolas das aldeias; investigar com entrevista de campo o que vivem estes professores com formação superior e sem essa formação nas escolas da T.I. Bacurizinho. Uma vez sendo o tema do presente trabalho de suma importância para formação do autor da pesquisa em razão da importância de entender mais a fundo a importância da formação docente para professores indígenas, também foi feito um estudo de campo com entrevistas a três professores indígenas entre os meses de novembro e dezembro do ano de 2023 em aldeias da Terra Indígena Bacurizinho para apurar dados sobre suas realidades profissionais vividas no cotidiano escolar, e, entender melhor o que eles pensam e defendem a respeito as aulas que dão em língua Portuguesa e em língua materna dos guajajara. Podendo, dessa forma, alcançar os resultados de aprendizado teórico e aprendizado prático sobre os principais fatores que envolvem a formação e atuação pedagógica de professores indígenas atuando de forma bilíngue em suas escolas nas suas aldeias.

Palavras-chave: Escola Indígena; Professor Indígena; Aulas Bilíngue; Aldeia Bacurizinho.

ABSTRACT

Having as its object of study a theme relating to the realities experienced by bilingual indigenous teachers who work in indigenous schools in the Bacurizinho Indigenous Land in the municipality of Grajaú – MA, this work is divided into the result of a theoretical study carried out in a qualitative approach, presenting information relating to historical realities , political, cultural, social and investment in the creation of schools in Brazilian villages to promote education and preparation for future academic life of indigenous people who need to return to their lands and act as teachers in these schools, preparing new indigenous people to follow the same development path intellectual, social, political and economic in search of citizenship through knowledge and the ability to exercise one's citizenship as an enlightened citizen, aware of their civil rights and duties. What is possible with schooling and higher education. Therefore, through research the objectives are: how to investigate the working conditions of indigenous teachers in schools in the Terra Indígena Bacurizinho village located in the municipality of Grajaú – MA. Other objectives are: to understand how important it is for indigenous teachers to have training in Pedagogy and other degree courses that enable them to teach professionally in village schools; investigate with field interviews what these teachers with higher education and without such training experience in T.I. Bacurizinho schools. Since the theme of this work is extremely important for the training of the research author due to the importance of understanding more deeply the importance of teacher training for indigenous teachers, a field study was also carried out with interviews with three indigenous teachers among the months of November and December of the year 2023 in villages of the Bacurizinho Indigenous Land to collect data about their professional realities experienced in everyday school life, and better understand what they think and defend regarding the classes they give in Portuguese and in their mother tongue of the Guajajara. In this way, it is possible to achieve the results of theoretical learning and practical learning about the main factors that involve the training and pedagogical performance of indigenous teachers working bilingually in their schools in their villages.

Keywords: Indigenous School; Indigenous Teacher; Bilingual Classes; Bacurizinho Village.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 ATUAÇÃO PEDAGÓGICA BILÍNGUE EM ESCOLAS INDÍGENAS.....	11
2.1 As primeiras ações que alfabetizaram os povos indígenas no Brasil.....	11
2.1.1 A Companhia de Jesus e os professores padres jesuítas improvisados...	12
2.2 Educação indígena do período Colonial ao Período Republicano.....	12
2.2.1 A Constituição Federal do Brasil de 1988 em prol da educação indígena..	13
2.2.2 A origem dos povos Tenetehara da região Centro Sul do Maranhão.....	14
2.3 A formação de professores indígenas para aula bilíngue em aldeias.....	15
2.4 Como os professores indígenas atuam nas escolas da T. I. Bacurizinho.	17
2.4.1 O surgimento das escolas na Terra Indígena Bacurizinho de Grajaú – MA.	18
2.4.2 Recursos de trabalho e dificuldades dos professores.....	19
2.4.3 A interação escola/pais e modos de avaliação da aprendizagem.....	20
2.5 A importância da escola na preservação da cultura indígenas.....	21
3 PESQUISA PRÁTICA COM ENTREVISTAS DE PROFESSORES INDÍGENAS	23
3.1 O instrumento de entrevista.....	23
3.2 O público entrevistado.....	23
3.3 Data e local das entrevistas.....	23
3.4 Resultados e discussões da coleta de dados.....	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE.....	34-38

1 INTRODUÇÃO

Educação escolar de alunos indígenas deve ser diferenciada, pois, é de grande importância que esta categoria de alunos possa ter sua cultura e costumes preservados. E, é por isso que nestas escolas deve haver professores bilíngues.

Este trabalho é uma proposta de aprendizado sobre as realidades históricas, políticas, culturais, sociais e pedagógicas acerca das realidades que os professores bilíngues em escola da aldeia Terra Indígenas Bacurizinho vivem.

A justificativa para a escolha do tema deste trabalho é que muitas escolas localizadas em aldeias na cidade de Grajaú precisam de professores que falam as duas línguas, e, ainda, não existem professores indígenas o suficiente para ocupar estas vagas.

E, mesmo é bom falar que, algumas escolas na T. I. Bacurizinho ainda tem professores indígenas, mas, sem uma formação pedagógica para saber trabalhar didáticas de ensino com as crianças, organizar as aulas e saber lidar com as dificuldades de aprendizado dos alunos indígenas.

Como estudar é dar oportunidade de escolha para os alunos, é tornar a vida dos discentes mais significativas porque eles passam a ter mais domínio de sua própria vida, o que se busca com o tema deste trabalho norteando todos os estudos teóricos e de campo é apresentar a importância de se ter bons professores indígenas nas escolas das aldeias.

Desvendando o problema de o quanto se faz importante que as escolas indígenas sejam controladas por professores indígenas com formação superior para poder ensinar os alunos tanto no idioma Português como na língua materna dos Guajajara que é a nossa língua indígena.

Com intenção de alcançar objetivos como investigar as condições de trabalho dos professores indígenas em escolas da aldeia Terra Indígena Bacurizinho localizada no município de Grajaú – MA.

Outros objetivos são: entender o quanto é importante que o professor indígena tenha formação em Pedagogia e outros cursos de licenciatura que os habilitem a dar aulas de forma profissional nas escolas das aldeias; investigar com entrevista de campo o que vivem estes professores com formação superior e sem essa formação nas escolas da T.I. Bacurizinho.

Uma vez realizando estudos teóricos e de campo para alcançar estes

objetivos, espera-se que toda aprendizagem alcançada possa enriquecer saberes no campo da educação indígena e como isso é importante para que a escola possa cumprir com sua função educacional e social promovendo justiça a todos.

Na parte de revisão bibliográfica do presente trabalho o método de investigação literária faz-se explicativo porque isto é somar o que já se sabe com o que é lido com criticidade analisando os conteúdos do objeto de pesquisa, cuja área de pesquisa é as realidades de professores indígenas bilíngue em escola indígena.

Como alerta Bardin (2016, p. 50), “A análise se conteúdo procura aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”.

Em outras palavras analisar conteúdos como parte do método de pesquisa significa dar vida própria ao que é investigado em literaturas sobre o que se busca estudar para se criar novo conhecimento. Algo pessoal, mas que pode ser enriquecido com uso de citações literárias devidamente descritas nas referências.

Por ser esta pesquisa teórica bibliográfica ela ainda se caracteriza como experimental utilizando obras literárias e conteúdos de periódicos virtuais a Internet em que o investigador utiliza técnicas para alcançar aprendizagem sobre o objeto de estudo. No presente caso, educação bilíngue na Aldeia T. I Bacurizinho.

A pesquisa teórica se caracteriza como qualitativa, por dar muita importância ao que é investigado e, por se apropriar de muitas informações na análise de conteúdos literários e bibliográficos. Isso vale para o caso do estudo de campo com entrevistas a professores indígenas.

Como fala Martins (2017, p. 05), a pesquisa qualitativa se manifesta através da apreensão de informações que estão contidas na vivência do sujeito, com o objetivo de analisar os fenômenos a serem compreendidos. “O pesquisador estará atento ao maior número possível de elementos constitutivos de campo estudados, conferindo-lhes sempre, grande importância”.

Mas, ainda se tratando de métodos de pesquisa, é importante lembrar que o presente trabalho é desenvolvido por meio de um estudo de caso.

Como afirma Gil (2010, p. 37), o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento,

Outra parte investigativa do presente trabalho é o estudo de campo, e, nesta parte de estudo prática busca entrevistar professores indígenas para apropriação de informações sobre o fenômeno do ensino bilíngue e sua importância.

Como Souza (2010) já diz acima, o estudo de campo é uma pesquisa social, cujo método é descritivo porque busca descrever o que os entrevistados pensam sobre o objeto de estudo que é a importância de aulas bilíngues nas escolas da Terra Indígena Bacurizinho em Grajaú – MA.

Todo este trabalho se desenvolve a partir de investigações bibliográficas e de campo. No primeiro caso muitas obras literárias foram utilizadas como material de estudo teórico. E seus autores são citados na parte de referência do mesmo.

Numa amostra de alguns desses autores com citações utilizadas, observa-se: (BARDIN, 2016) (GIL, 2010) (SOUZA, 2010) (BARBALHO, 2019) todos devidamente relacionados nas referências.

A cada etapa de desenvolvimento deste trabalho, as pesquisas se desenrolaram com muita ética, pois, não foi copiado e colado qualquer conteúdo e sim, tudo foi digitado. E as interpretações foram pessoais.

Assim, tudo escrito com as próprias palavras. Exceto as situações utilizadas, mas, neste caso todas tem apresentação de autores e ano da obra e constam nas referências. Mas, utilizando citações de literaturas publicadas depois do ano de dois mil e dez, como forma de usar informações mais atualizadas.

2 ATUAÇÃO PEDAGÓGICA BILÍNGUE EM ESCOLAS INDÍGENAS

O principal motivo de preocupação que as escolas dentro das aldeias possam ter professores bilíngues, é que dessa forma os alunos indígenas podem se sentir melhor, pode ser favorecido numa preservação de sua língua e de seus costumes enquanto povo originário destas terras brasileiras.

Ainda em muitas escolas indígenas os professores são homens brancos cristão e não conseguem dominar a língua materna dos indígenas. Por outro lado, também existem professores indígenas com domínio das duas línguas, mas, que não são formados em pedagogia ou qualquer outra licenciatura para dar aulas da forma certa de modo a favorecer a organização e o aprendizado dos alunos.

2.1 As primeiras ações que alfabetizaram os povos indígenas no Brasil

Levando em consideração que todo processo de colonização sempre promoveu um festival de injustiças contra os povos mais fracos e indefesos, como no caso dos negros africanos e indígenas no Brasil, a Igreja Católica através a Companhia de Jesus com os padres da ordem dos jesuítas tomaram a iniciativa de tentar alfabetizar os excluídos no Brasil Colonial.

Nas primeiras décadas de mil e quinhentos a Igreja procurava alfabetizar os oprimidos voltando estas pessoas pobres, escravos e indígenas, uma educação voltada para a prática do cristianismo. Ou seja, era uma educação religiosa para as orações, os cânticos e leitura das escrituras sagradas, como parte do processo de evangelização e imposição de uma religião.

No projeto colonial, a catequização e, posteriormente, a escola foram metodologias de escravização da identidade, impondo modos de viver e ser aos povos originários. O objetivo era “converter a fé cristã e conduzir os índios fugidos a formas aceitáveis de civilização branca, ler, escrever, contar, recitar, obedecer” (BARBALHO, 2019, p. 59).

Este autor Barbalho que acaba de ser citado, expressa muito bem o que foi a educação escolar inicial indígena no Brasil. E, também naquele tempo não haviam escolas bem estruturadas, então era tudo no improvisado.

O Período Colonial ficou marcado por muitas violências contra os povos indígenas porque eles viviam nas áreas mais nobres em termos de riquezas

naturais. E, a colonização era algo brutal com armas de homem branco e dominação de tribos inteiras. Em meio a tudo isso ocorreu a educação indígena.

2.1.1 A Companhia de Jesus e os professores padres jesuítas improvisados

Os padres professores da Companhia de Jesus davam aulas de forma improvisada, eles eram valentes na arte de alfabetizar os indígenas para direcionar estes para a Igreja Católica onde eram ensinados a cantar e glorificar a Deus.

No catolicismo os indígenas eram considerados selvagens inocentes, eram tidos como raça inferior e, que precisavam se ajustar a fé dos cristãos para evoluir. Mas, também é verdadeiro afirmar que a igreja protegeu muitos índios de guerras do homem branco. Bergamashi (2015, p. 145) também acrescenta:

Esse cenário expõe que a função da escola era fazer com que os índios desaprendessem, proibindo-os de vivenciar suas culturas e “deixassem de serem índios”. Os esforços eram “para cristianizar, civilizar e europeizar os autóctones, considerados, por eles, sem Fé, sem Rei e sem Lei”.

Muito claro é colocado o que era a intervenção da Igreja Católica na vida dos indígenas, ou seja, proteção contra as injustiças, mas sobretudo doutrinação de acordo com padrões de sociedade europeia com educação religiosa. Nisso consistia a educação alfabetizadora dos padres jesuítas da Companhia de Jesus.

2.2 Educação indígena do período Colonial ao Período Republicano

Passado esse período de falta de leis conhecido como Período Colonial brasileiro, em que muitos indígenas eram massacrados pelos colonizadores precisando da proteção da Igreja Católica que, aproveitava a realidade para arrebanhar fiéis para a fé cristã, vieram os períodos: Imperial e Republicano.

No Período Imperial passou a ter mais humanismo na forma de lidar com os povos originários no Brasil. Mesmo sendo verdade que muito forma os prejuízos em termos de direito a terra e à sua cultura. Em parte, perdida pela própria educação escolar do homem branco.

Somente depois da Proclamação da República no ano de mil oitocentos e oitenta e nove é que o Brasil passou a ter leis mais consolidadas e específicas para a proteção dos direitos dos povos indígenas brasileiros.

Nisso, também na área da educação o Governo Federal criou leis específicas e colocou estas leis de proteção aos índios na própria Constituição Federal criando o Serviço de proteção ao Índio – SPI e, depois a Fundação Nacional do Índio – FUNAI como forma de estabelecer ordem em maiores investimentos na educação indígena e legislações para que isso ocorresse.

Foram séculos de sofrimento para as etnias devido à política desenfreada de interação à sociedade, julgando-as como inferiores, incapazes, não civilizadas. A partir do século XX, mais precisamente em 1910, houve um marco político configurando um segundo momento da EEI no país: a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), colocando os índios sob a tutela do Estado, o seja, os índios não tinham autonomia para gerir suas próprias vidas. Seus territórios continuavam a ser invadidos, desfeitos (SILVA, 2015, p. 57).

Silva (2015) diz, com suas palavras que, os indígenas passaram a ter maior proteção no século vinte com a criação do SPI e da FUNAI, mas, o Estado passou a ter controle tutelas da vida destes povos originários por considerar que eles não poderiam cuidar deles mesmos.

Mas foi em meio a esse cenário que as políticas educacionais indígenas se desenvolveram em todo o território nacional. Que os indígenas passaram a ser vistos como capazes de estudar em escolas localizadas em suas aldeias e poderem preservar sua cultura.

Diante do exposto evidencia-se que “como povos resistentes, esses grupos históricos ocupam, na atual conjuntura do indigenismo oficial, espaços étnicos que revalidam sua existência, visando à conquista do reconhecimento de direitos” (AMORIM, 2010, p. 53).

Deste modo, Amorim (2010) lembra que neste último século os direitos à educação às terras, e à liberdade de escolha passaram a fazer parte da vida dos indígenas dentro de fora de suas aldeias. Pois, a educação escolar e, posteriormente formação de nível superior tem promovido liberdade de vida a eles.

2.2.1 A Constituição Federal do Brasil de 1988 em prol da educação indígena

Um momento marcante em termo de legislação favorável a investimentos governamentais na educação escolar dos povos indígenas foi o ano de mil novecentos e oitenta e oito quando foi atualizada a Constituição Federal do Brasil.

Deste livro constitucional ficou decretado o direito à preservação da cultura indígena mesmo dentro das escolas localizadas nas aldeias e as demais unidades escolares. Em outras palavras, as etnias indígenas no Brasil passaram a ter a proteção do Estado para preservação de direitos à educação e à sua cultura.

A Constituição Federal de 1988, carta magna brasileira, em seu artigo 231 institui como direito: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

O título VIII “da Ordem Social” contém um capítulo denominado “Dos Índios”. Neste, há os artigos 231 e 232 da Constituição que afirma respectivamente:

231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam compreendidos à união demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. 232 – Os índios, suas comunidades e organizações são parte legítima para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

Mas, apenas esses decretos como parte de uma legislação reconhecida na constituição não seriam o suficiente para o respeito aos direitos dos indígenas brasileiros. Assim, também houve mudanças em termos de investimentos.

Bergamaschi e Souza (2015, p. 150) verificam que, em linhas gerais:

“O Decreto oferece a possibilidade para a implantação e a execução dos etnoterritórios, com indicações das responsabilidades de cada ente envolvido no processo, inclusive em relação a dotações orçamentárias”. Posto em prática significa “construção de escolas; formação inicial e continuada de professores indígenas [...] produção de material didático; ensino médio integrado à formação profissional; alimentação escolar indígena” (BRASIL, Decreto Presidencial nº 6.861, 2009^a).

É evidente, pelo que dizem os autores Bergamaschi e Souza (2015) que o Governo Brasileiro investiu e muito nos direitos dos povos originários, que isso veio a promover maiores oportunidades de vida para esses indígenas que desejam se educar e viver nas cidades brasileiras tendo direitos e oportunidades assim como os homens brancos têm.

2.2.2 A origem dos povos Tenetehara da região Centro Sul do Maranhão

Os povos indígenas Tenetehar, não diferentemente dos povos Canelas e outros que atualmente residem na região Centro Sul do Estado do Maranhão, são originários dos primeiros povos tupis da Amazônia.

E estes são originários dos indígenas pré-colombianos que, como parte de sua cultura de sobrevivência viajava mata adentro para buscar meios de sobrevivência. Ou seja, buscando recursos naturais para firmar morada.

Os Tenetehar viviam na parte litorânea do Maranhão. Mas, com a colonização e os conflitos gerados com isso foram segundo as margens dos rios deste estado até se fixarem na região Centro Sul deste mesmo estado.

Uma vez criando as suas aldeias, ainda no Período Imperial que teve seu fim no ano de mil oitocentos e oitenta e nove dando lugar para o novo Período Republicano, os séculos dezenove e vinte foram definitivos para esta ocupação territorial em aldeias reconhecidas pelo Governo Federal.

2.3 A formação de professores indígenas para aula bilíngue em aldeias

No início da criação das escolas em aldeias, como no caso estudado do município de Grajaú – MA na segunda metade do século vinte, os professores eram líderes indígenas que improvisavam as aulas por serem bilíngues.

Mas, isso gerava uma educação fraca e sem muito rendimento em termos de aprendizagem dos alunos indígenas porque eles não eram preparados para dar aulas, não tinham estudado para isto.

Com o tempo, professores cristãos (brancos) passaram a ocupar estas vagas de professor nas escolas de aldeias, mas, isso também não estava dando muito certo porque eles não sabiam falar na língua materna dos Tenetehara.

Nas últimas décadas diferentes programas governamentais foram surgindo para promover formação escolar e superior de professores indígenas para ocupar estas vagas como forma de resolver o dilema.

A Universidade Federal do Maranhão – UFMA teve grande iniciativa com um programa de políticas afirmativas em prol da formação pedagógica dos alunos indígenas. Visando atender as necessidades de professores formados nas escolas das aldeias de diferentes cidades. Como no caso aqui pesquisado Grajaú – MA.

Muitos indígenas que já concluíram o curso estão trabalhando como professores nas escolas de suas aldeias podendo dar aulas de forma profissional,

com domínio de métodos de ensino pedagógico para que as aulas sejam organizadas e mais produtivas.

Assim, os alunos nas aldeias estão podendo contar com professores bilíngues que moram por lá mesmo nas mediações da escola e, que são de suas famílias, indígenas que conhecem seu povo.

O melhor disto é que com a memória da qualidade do ensino nas escolas nos dois idiomas, os alunos estão, cada vez mais, planejando também ir para a faculdade para se tornarem professores do modo correto, sabendo dar aulas de forma profissional, materiais didáticos certos e métodos de ensino corretos.

Mas, do ponto de vista legal, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998, p. 23) está expresso como princípios próprios para a Educação Escolar Indígena EEI:

- Uma visão de sociedade que transcende as relações humanas e admite diversos “seres” e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir - e - assegurar – determinadas qualidades;
- Valores e procedimentos próprios de sociedade originalmente orais menos marcadas por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram;
- Noções próprias, culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade indígena a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades;
- Formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados – econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos. (BRASIL, 1998).

Tudo isso deve ser ressaltado na formação de professores indígenas, os aspectos institucionais com favorecimento à educação superior de professores indígenas da parte de universidade com seus programas de políticas afirmativa, como é o caso mostrado com iniciativa da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e, aspectos legais com diretrizes na RCNEI.

Mas, também se faz correto afirmar que os alunos indígenas nas universidades da cidade de Grajaú são lutadores, eles têm propósitos bem definidos, querem se profissionalizar para dar aulas da forma correta nas escolas localizadas em suas aldeias.

Pois, sabem que é dessa forma que poderão favorecer que muitos alunos indígenas possam se preparar melhor para estudar nas escolas da cidade e, com o tempo ter melhores chances de ingressarem em faculdades.

Tudo isso vem sendo construído com a preocupação de respeitar as tradições culturais e costumes dos Tenetehar, pois, ter professor indígena significa aulas bilíngues e mais respeito pela qualidade do ensino quando estes professores já se formaram no curso de licenciatura em Pedagogia. Por exemplo.

2.4 Como os professores indígenas atuam nas escolas da T. I. Bacurizinho

No caso das escolas indígenas, existe a preocupação em lecionar conteúdos que valorizem a história dos povos indígenas no Brasil, como uma forma de fazer prevalecer os modos de vida e a cultura com um todo dos alunos indígenas em todos os níveis de ensino escolar.

Barbalho (2013, p. 42) destaca que “o universo das relações interculturais não aceita, enquanto linguagem epistemológica, a possibilidade de se conceber binarismo do tipo: culturas superiores/inferiores, [...] completas/incompletas, desenvolvidas/subdesenvolvidas”. Ou seja, a escola assume uma postura de respeito as suas próprias especificidades e dos demais, indígenas ou não.

Acompanhando o entendimento de Barbalho, o que se entende é que, tanto as escolas indígenas como não indígenas não podem fazer distinção binárias influenciando a mente dos alunos.

Alguns professores indígenas que atuam em escolas na Terra Indígena Bacurizinho tem sua formação, e sua capacidade de lecionar nas duas línguas: a nativa e a Língua Portuguesa. O que, não significa, em absoluto, que isso deve ser convertido em ensino com comparação entre a cultura do homem branco e a cultura do indígena.

Posto que, é preciso neutralidade em termos de respeito às diversidades culturais. Bem como neutralidade em termos de influência religiosa, racial, econômica, política e cultural.

O professor apresenta seus conteúdos, podendo trabalhar o método participativo discutindo com os alunos, mas, sempre respeitando o pensamento livre, a capacidade de interpretação e de contextualização dos alunos. Ou seja, sem lavagem cerebral na mente dos discentes da sala de aula.

2.4.1 O surgimento das escolas na Terra Indígena Bacurizinho em Grajaú - MA

Muito antes de serem construídas escolas indígenas na T. I. Bacurizinho de Grajaú - MA, a alfabetização escolar indígena surgiu no Brasil ainda no nosso período colonial, mas, de forma muito improvisada pelos padres jesuítas que tinham a missão de ensinar a leitura e a escrita com o propósito de inserir indígenas nos cultos e na fé cristã sob o controle da Igreja Católica em meados do século XVI.

Lembra Barbalho (2019, p. 57) que:

Os jesuítas utilizaram a estratégia de catequização como forma mais rápida de estabelecer contato com os índios, aprendendo o que se podia de suas línguas, observando seus costumes, analisando suas crenças, muito embora tivessem extrema dificuldade em aceitar o modo como os índios realizavam suas práticas religiosas, econômicas e educativas.

Nesse período de início de colonização nestas terras, a Igreja tinha também como prioridade, envolver os nativos para lhes oferecer proteção de conflitos com os homens brancos escravicionistas. Ou seja, alfabetizar os nativos para inserir no mundo religioso de acordo com a Igreja Católica era ação cristã.

De acordo com Silva (2015, p. 81), “[...] uma civilização detinha conhecimentos, organização e inovações tecnológicas o que lhe diferenciava dos estágios da selvageria e barbárie. Essas ideias baseadas no evolucionismo eram profundamente etnocêntricas”.

Em outras palavras, os indígenas brasileiros por séculos não tinham sua cultura devidamente valorizadas pelo homem branco que, pensavam que somente aprendendo a cultura da educação escolar é que eles poderiam ser melhor aceitos. Mas, ao longo dos séculos, leis foram criadas a favor da educação dos indígenas.

A história do surgimento de escolas em terras indígenas em todo território nacional, como na região Centro Sul do Estado do Maranhão remonta um longo percurso de lutas por direito à educação escolar dos indígenas de todo o Brasil.

Completa Silva (2015, p. 57):

Foram séculos de sofrimento para as etnias devido à política desenfreada de integração à sociedade, julgando-as como inferiores, incapazes, não civilizadas. A partir do século XX um segundo momento da EEI no país: a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), colocando os índios sob tutela do Estado, ou seja, os índios não tinham autonomia para gerir suas próprias vidas. Seus territórios continuaram a ser invadidos, desfeitos.

Depois de séculos de luta pelo direito à educação e, ao respeito à terras dos indígenas, o século XX foi marcado por avanços favoráveis à educação escolar dentro das aldeias brasileiras.

Mas, foi a constituição de 1988 que marcou tal avanço de respeito aos direitos dos indígenas em termos de educação escolar. Como pode ser conferido: A Lei de Diretrizes e Base da educação. Parecer nº 104/1999, que dispõe a resolução 03/1999 que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para EEI. E o Referencial Curricular para as Escolas indígenas – RCNEI (BRASIL, 1998; 2005).

Estas leis tornaram possível investimentos governamentais em criação de escolas na T. I. Bacurizinho em meados da década de 1990. E, estas escolas indígenas são administradas pelo Ministério da Educação através das suas secretarias como a secretaria Municipal de Educação de Grajaú – MA. Ou seja, a Fundação Nacional do Índio FUNAI apenas acompanha as atividades escolares.

2.4.2 Recursos de trabalho e dificuldades dos professores

Antes de tratar da questão recursos de trabalho e dificuldades enfrentadas por professores indígenas em suas atividades de trabalho nas escolas indígenas, vale frisar que apenas uma parte dos professores indígenas têm formação em docência para lecionar. Contudo as aulas são sempre bilíngues.

Nestas escolas indígenas, existem apostila fornecidas pelo Ministério da Educação como recurso didático de ensino escolar para os indígenas, além, é claro, de aulas bilíngues para preservação da linguagem nativa.

Entre as fontes de conhecimento estão “a própria experiência vivida e os saberes científicos que podem ser adquiridos de diferentes maneiras, mas desde que haja um olhar crítico sobre tudo que é escrito e lido” (AMORIM, 2015, p. 19).

O que se percebe, portanto é que o professor indígena pode ter poucos recursos de trabalho com seus alunos, mas, que também é verdade que pela cultura indígena as conversas ideológicas e de respeito às tradições valem muito para direcionar os discentes num rumo de bom interesse pelos estudos.

Ou seja, se os recursos didáticos são poucos, cartilhas, poucos livros didáticos e ludicidade, o método de ensino participativo busca inserir os alunos indígenas em debates importantes para aumento da auto estima e interesse pela

educação dentro e fora dos limites da escola. O que faz boa diferença favorável à formação de alunos que rumam para a faculdade.

Ao passo que, quanto melhor for a alfabetização escolar indígena, melhores serão as chances de os discentes serem bem sucedidos no ensino Fundamental Maior e, depois passar pelo Ensino Médio corretamente para ter bons chances de chegar à faculdade.

E, a leitura interpretativa deve ser bem dominada em todo esse processo, como enfatiza Soares (2020, p. 200):

Ser capaz de ler e compreender textos e de escrever textos e o que considera uma criança que além de alfabética, se torne alfabetizada, objetivo do ciclo de alfabetização e letramento. Ao longo da escolaridade posterior, com a ampliação e consolidação das habilidades básicas já adquiridas, as crianças terão condições de atingir o objetivo último: tornarem-se leitoras e produtoras de textos capazes de fazer o uso da língua de forma autônoma para seus objetivos pessoais e responder adequadamente as demandas sociais da leitura e escrita.

Deste modo, o principal recurso que o professor de escola indígena utiliza com seus alunos em suas aulas bilíngue são os livros, o ensino de fonema e grafema no processo de alfabetização que deve ser seguido de metodologias ativas para estimular a capacidade de interpretação textual e contextualização.

Em específico no caso de alunos indígenas a dificuldade pode se maior do que nas aulas de alunos não indígenas porque é preciso ensinar na língua nativa e na Língua Portuguesa ao mesmo tempo.

Além, é claro, da falta de materiais didáticos apropriados nas mãos dos alunos. Uma vez que, eles podem contar com a cartilha e com os deveres de casa e conteúdos ditados ou copiados da lousa.

2.4.3 A interação escola/pais e modos de avaliação da aprendizagem

Numa aldeia dos indígenas é comum se ter a boa comunicação como arma para solucionar problemas, e, isso facilita na hora de trabalhar com a educação escolar indígena, o seja, o professor tem facilidade em conversar com os pais dos alunos.

O que é algo de muita valia para aproximar sua comunidade indígena das realidades da escola, fazendo-os entender a importância de verificar os deveres de casa e a frequência escolar, bem como qualquer imprevisto na escola passa a ser

levado a sério pelos familiares que têm participação presente na solução.

A busca de uma harmonia entre família e a escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo, que tem como foco a formação do indivíduo. Pensar em uma educação de qualidade é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos em todos os sentidos. É preciso uma interação entre a família e a escola (OLIVEIRA, 2018, P. 64).

Quando os pais do aluno são notificados sobre o comportamento de seu filho na escola e, interagem com o professor para saber o que precisa para melhorar o rendimento de aprendizagem, a isso se pode chamar de parceria família e escola.

Por outro lado, tanto o professor tem seus meios de avaliar o aprendizado por meio de provas orais, ou escritas, identificando a postura do aluno, se seu desenvolvimento político, social, cultural e formação cívica está sendo algo satisfatório conforme o planejado, como os pais também devem avaliar tudo isso.

O que somente é possível quando se trata de famílias interessadas no desenvolvimento escolar dos filhos. Ou seja, quando existe parceria com a escola.

2.5 A importância da escola na preservação da cultura indígenas

Pelo que é investigado em obras literárias tratando da questão da escolarização dos povos indígenas no Brasil, o que mais se vê é que tratou-se de uma luta por direitos iguais dos povos originários, o interesse em dominar conhecimentos e ter mais oportunidades de vida.

Em toda escola indígena é comum ser tratado, pelos professores sobre como no passado existiu autoridade sobre os índios da parte de governos, da sociedade e mesmo de Organizações Não Governamentais ONG de outros países, que que, significou atraso no desenvolvimento dos indígenas que queriam estudar.

Barbalho (2019, p. 67) destaca que:

Mesmo após alguns avanços nas últimas décadas, ainda não foi possível desvencilhar a EEI do aparelho ideológico do Estado, seu viés autoritário colonial, patriarcal, machista e monocultural acarretando, pois, a cada dia a diluição e pulverização das políticas de assistência e proteção aos indígenas, dificultando o combate a desvalorização das condições de atendimento aos povos.

Seguindo nesta linha de realidade posta na citação acima por Barbalho, cada ambiente escolar dentro de aldeia, tem a oportunidade de provar, através da

educação formal com bons resultados, que a cultura e os costumes indígenas podem sim serem modernizados com a educação escolar, mas, sem que isso venha a interferir no respeito e na valorização da cultura indígena como um todo.

Como é defendido, por exemplo, por Vieira (2015, p. 128):

A inserção de matérias como identificação, que trabalha as crenças, os costumes e tradições indígenas, se unem a uma postura pedagógica única, elaborada pelos professores. Há execução de projetos que visam a interdisciplinaridade no formato de aula de campo, tendo como objetivo proporcionar um aprofundamento no conhecimento da geografia, história, artes, entre outras.

O que está sendo discutido por Vieira na sua citação acima é que nas escolas indígenas pode-se sim, discutir crenças, costumes e tradições indígenas dentro de disciplinas curriculares convencionais. Ou seja, a educação indígena por ter suas características próprias enquanto um modelo de ensino regular, com o ensino das mesmas disciplinas das demais escolas, mas, com esta particularidade.

O simples fato de se ter, por exemplo, em todas as escolas da Terra Indígena Bacurizinho do município de Grajaú – MA professores indígenas com e sem formação docente, mas, todos dando aulas na língua Portuguesa e, na língua tupi é uma prova desta realidade de preservação de costumes e cultura indígena.

A escola assume um papel de elo entre as diversas culturas, dos variados grupos étnicos, aqueles que constituem o passado e os que integram o presente, ao mesmo tempo em que permitem ao aluno indígena adquirir conhecimentos tradicionais e científicos (CANDAU, 2016, p. 802).

Assim, fica evidenciado que a escola indígena tem responsabilidade de educar por meio de disciplinas curricular, mas, também promover educação tradicional para preservar a história das tradições dos povos indígenas do passado. Uma vez que, a cultura indígena é patrimônio cultural do Brasil para o mundo.

3 PESQUISA PRÁTICA COM ENTREVISTAS DE PROFESSORES INDÍGENAS

Entendendo que somente por meio do estudo de campo entrevistando professores de escolas da T. I. Bacurizinho é que faz possível entender como as coisas são em suas atividades pedagógicas na prática, as entrevistas a três professores indígenas que dão aulas de forma bilíngue em suas escolas.

3.1 O instrumento de entrevista

O principal instrumento de entrevista é o planejamento, a preparação técnica, o recurso material questionário e como recurso humano o entrevistador.

3.2 O público entrevistado

A escolha do público entrevistado foi condicionada a ser professor indígena na Terra Indígena Bacurizinho. Desse modo, foram 3 (três) entrevistas.

3.3 Data e local das entrevistas

Sendo as entrevistas feitas no final do mês de novembro de 2023 par ao início do mês de dezembro do ano de 2023, foram visitadas escolas da terra Indígena Bacurizinho em Grajaú – MA.

3.4 Resultados e discussões da coleta de dados

Com convicção de que os professores indígenas bilíngues que atuam em escolas da T. I, Bacurizinho respeitam as diretrizes educacionais que tratam da questão de aulas nos dois idiomas: Língua Portuguesa e Língua nativa, o estudo de campo busca, por meio de entrevistas, investigar socialmente suas realidades de atuação dentro destas escolas.

Nesta conjuntura, os respectivos 3 (três) entrevistados foram: Prof. Jamir Wandersom Lopes Guajajara da Silva representado nas respostas com P 1, com 26 anos de idade e, morador e professor da aldeia Arymy região Ipú na T. I.

Bacurizinho de Grajaú – MA; Prof. Elvam Ribeiro Guajajara P 2, 47 anos, morador e professor na Aldeia Bacurizinho território Bacurizinho em Grajaú – MA; e, Prof. Diretor Escolar Manoel Pereira Guajajara P 3, 45 anos de idade, morador e professor docente da Aldeia Mangueira na T. I. Bacurizinho no município de Grajaú – MA. Nesta primeira questão logo abaixo, tem como objetivo entender o quanto o entrevistado tem experiência em sua atividade pedagógica na aldeia.

3.4.1 Há quanto tempo você já está dando aulas?

Desde 2017 (P 1).

Há 19 anos (P 2).

Iniciei a exercer a profissão no ano de 1999. Na Aldeia AwaPéy na localidade que chama de um lago caboclo, especialmente foi colocado o nome da aldeia (AwaPéy) – e, 1999 me escolheram pela comunidade como professor, tivemos as demandas para o Estado que foi aprovada a escola, que colocamos o nome da escola indígena Awapéy em 1999. Por conta da falta de água no local e abandonamos – fundamos outras aldeias próximas, sede Bacurizinho, Aldeia Mangueira atual, onde sou professor desde então continuo dando aulas nessa aldeia (P 3).

Todos os entrevistados responderam esta pergunta demonstrando que já são professores em suas aldeias há mais de 5 (cinco) anos, com um destaque para o professor e cacique indígena Manoel pereira Guajajara que já atua em escola a um tempo de 24 (vinte e quatro) anos.

Seguindo, na pergunta abaixo relativa à formação de cada entrevistado, isso poderá ajudar a entender um pouco sobre a capacidade técnica de cada um.

3.4.2 Fale um pouco sobre sua formação.

Fiz o magistério e estou cursando licenciatura intercultural para educação básica indígena no 4º período (curso) Ciências da Linguagem na (UEMA) campus Grajaú – MA. (P 1).

A minha formação como acadêmico, foi muito importante porque adquirir novos conhecimentos, isto foi primordial na carreira profissional como docente (P 2).

Na Aldeia AwaPey, o meu primeiro curso de magistério indígena realizei com projeto do CINE que estava formando professores indígena - só que, o curso não era reconhecido pelo Estado, e, este se recusou a assumir os professores capacitados, mas com a força de manifestação de professores conquistamos a validade do certificado. E, em 2016 ingressei num curso de licenciatura em História pela UFMA em Grajaú – MA. E, com muita dificuldade consegui concluir o curso (P 3).

Fica notado que, cada um dos três entrevistados tem sua história de vida e de formação para ser professor. Posto que, o que os iguala, é que todos têm formação superior que os habilita a dar aulas.

O que vem a ser debatido na questão abaixo para entender um pouco melhor o que eles pensam sobre formação docente para garantir qualidade do trabalho em sala de aula.

3.4.3 O que você pensa, ser ou não importante o professor indígena ter formação docente?

A formação superior é mais do que importante para adquirir conhecimentos outros, para ter a facilidade em dialogar, e expressar e ser protagonista da nossa própria história e não deixar ser contado por terceiros, porque nos dias atuais, as brigas não são com arco e flexas e nem de armas, a briga é na caneta e no papel (P 1).

Sim, o professor indígena, tem que ter a formação acadêmica para aprimorar seus conhecimentos da carreira profissional que exerce (P 2).

Quando o professor não é capacitado, não está preparado para trabalhar na sala de aula, para o professor indígena é necessário que tenha formação docente (P 3).

Pelas respostas apuradas nesta questão acima, fica satisfatório perceber que todos defendem que é a formação de nível superior, docente o que prepara o indígena para dar aulas de forma que possam respeitar a cultura dialogando com os conhecimentos não indígenas. Foram boas respostas.

Dando seguimento, na questão abaixo, a formação em licenciatura dos entrevistados ajudou muitos estes entenderem a importância das aulas bilíngue, tanto pelo aspecto legal que determina isso, como pela importância de preparar os alunos indígenas tanto para preservar sua cultura linguística como para lhes colocar no rumo dos estudos de Ensino Médio e depois de faculdade. O que por sinal, é defendido em artigos dentro da própria Constituição Federal de 1988.

A mesma lei possui redimensionamento específico para a EEI: em seus artigos 210, 125 e 242, os quais asseguram às comunidades a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem; o compromisso do Estado em proteger as manifestações culturais populares indígenas e afro-brasileiras (BRASIL, 1988).

Desse modo, cabe aos professores indígenas dar aulas nas duas línguas, serem professores bilíngues para atender, como já citado acima, critérios legislativos da própria constituição federal.

3.4.4 E, por suas experiências de vida e pedagógica, é importante dar aulas nas escolas de aldeia tanto em Português como em Tupi? Por que? Fale da importância de cada um.

A imposição da Língua Portuguesa na comunidade é muito frequente e, principalmente no cotidiano dos parentes, e, com ela seus impactos culturais, a mais impactada é a língua tenetehar. Além dos impactos negativos a língua portuguesa desempenha um papel importante na comunidade, pois permite a comunicação e a preservação da cultura e tradições, pois, ela traz também impactos positivos, como o acesso à educação, empregos, e oportunidades de desenvolvimento, a língua Portuguesa e a língua tentear, no meu ponto de vista, é bom valorizar ambas as línguas (P 1).

Durante a minha carreira profissional como docente nas escolas indígenas, tenho contribuído para o desenvolvimento dos alunos a importância da língua materna, manter como primeira identidade e Português como segunda língua para se comunicar com os não índios (P 2).

É muito importante dar aula na escola, ensinar português na língua materna, ensinar a falar Português em Português e, aprender a escrever na língua indígena e, para fortalecer as condutas, a vida cultural e costumes (P 3).

Então, todos os três professores indígenas entrevistados afirmaram, e, com muita convicção, que nas escolas das aldeias é sumo muito importante o ensino dos alunos indígenas nas duas línguas, o Português e a língua materna dos Guajajaras. Pois, as duas línguas têm sua importância particular.

Em meio a tudo isso sempre é bom perguntar sobre o que estes professores indígenas vivenciam em suas escolas, ou seja, facilidades ou dificuldades e, entender como eles falam disso.

3.4.5 Fale um pouco das realidades que você vive na sua escola. Facilidades, dificuldades etc.

Sabemos que nada é fácil, principalmente para quem é um educador, as dificuldades do professor indígena nos dias atuais é a falta de materiais didáticos na língua tentear, porque os alunos indígenas têm dificuldades para interpretar certos conteúdos, então livros didáticos bilíngue ajudaria bastante (P 1).

A realidade é que tenho amizade com professores, gestores, merendeiras e vigias da escola e, a dificuldade é a falta de material permanente para trabalho (P 2).

De acordo com as perguntas a escola que leciono passa por grandes dificuldades, presta serviço docente, contrato temporário, minha categoria não é reconhecido pelo Estado a validade de contrato é de 1 anos, não tenho acompanhamento pedagógico durante estes anos. Eles não dão material didático etc. eu que compro, os alunos e seus pais que compram cadernos etc. (P 3).

Mais uma vez, todos os entrevistados são unânimes no sentido de suas respostas, ou seja, neste caso afirmam que o Estado não os assiste adequadamente, ou seja, que é uma dificuldade a carência de materiais didáticos apropriados para alunos indígenas e, as condições de trabalho precárias também devido à insegurança no trabalho com contratos de apenas 1 (um) ano.

Ora, se já foi indagado sobre as dificuldades, é justo também indagar aos entrevistados o que eles pensam que possa ser feito para melhorar a qualidade do trabalho pedagógico que eles realizam.

3.4.6 Depois deste tempo todo dando aulas nesta escola da T. I. Bacurizinho, em sua opinião o que pode ser feito para melhorar a qualidade de seu trabalho?

Primeiramente é reconhecer as escolas indígenas, porque as escolas indígenas estão perdendo seu valor. Porque sem reconhecimento é impossível a entrega dos diplomas do Ensino Médio, e com isso muitos alunos indígenas precisam parar de estudar ou ingressar na faculdade e, muitos perdem o prazo de inscrição por falta de certificação. E, as estruturas dos prédios também, trazer, mas cursos para professores bilíngues para trocar experiências e o diálogo entre professores do território (P 1).

Com capacitações e encontros pedagógicos tenho melhorado a minha aprendizagem e trazendo mais conhecimentos para a sala de aula (P 2).

Primeiro que o Estado precisa reconhecer a categoria de professor, disponibilizando o material pedagógico estrutura da escola com equipamentos tecnológicos necessários, computador Datashow e outros para dinamizar as atividades de ensino (P 3).

Para sintetizar o sentido de todas as três respostas, se trata, basicamente de necessidade de mais reconhecimento e, mais investimentos em materiais didáticos e equipamentos tecnológicos que poderiam tornar as atividades de gestão e de ensino mais dinâmicos e produtivos. Ou seja, melhoraria o processo de ensino e aprendizagem nas relações com os alunos indígenas nas duas línguas.

Seguindo esta temática de melhoria da qualidade dos trabalhos prestados da parte dos professores, é perguntado abaixo sobre os recursos que eles utilizam atuando com seus alunos.

3.4.7 Explique um pouco sobre os recursos que você utiliza para trabalhar nesta escola com os alunos. Quais métodos de ensino são utilizados?

Os recursos são livros didáticos sem ser na nossa língua, quadros brancos, pincel, os métodos são aprender coisas da nossa realidade, aprender e ensinar os cantos e festas tradicionais, rodas de debates com anciãos e

caciques e juntos falar de suas experiências e a importância de valorizar a verdadeira identidade. Esses métodos ficam a critério dos professores indígenas (P 1).

Um dos recursos utilizados na Escola CEI Raimundo Lopes são: aula campo, pesquisa, aula vídeo etc. (P 2).

Especialmente recursos mais utilizados chamex, giz, e grão de milho e as pedrinhas, e a maça de barro para simbolizar os animais selvagens cantorias, pinturas e dança dinâmica imitando animais (P 3).

Todas as respostas tratam de materiais didáticos, e métodos de ensino que trabalham a arte e a cultura indígena criatividade e com ludicidade.

Visando entender o quanto os entrevistados conseguem falar à respeito da educação e da formação de seus alunos indígenas, a questão abaixo foi eleita.

3.4.8 Como tem sido o rendimento de aprendizagem e de formação integral dos alunos indígenas?

Durante os últimos anos os alunos indígenas com esses tipos de conteúdos eles estão praticando mais a cultura e aprendendo a suma importância de manter a existência dela e vem trazendo ótimos resultados principalmente quando a aula é abordada na língua tentehar (P 1).

O ensino-aprendizagem dos nossos alunos indígenas tem melhorado bastante nos anos atuais na comunidade (P 2).

Na escola onde trabalho é de 1º ao 5º ano e, tem havido resultado de rendimento com meu trabalho bom. São muitos alunos e, depois são transferidos para outra escola onde funciona o ensino Fundamental Maior, e outros estão no Ensino Médio e, assim, sucessivamente até na faculdade. Esse é o resultado do trabalho desenvolvida nas escolas da Aldeia Mangueira (P 3).

Como é lido acima, nas respostas, o que se pode entender que a qualidade do ensino e da formação cultural dos alunos indígenas nas escolas dentro da T. I. Bacurizinho têm melhorado. Particularmente acredito que se trata de a cada ano mais e mais professores indígenas já estarem podendo atuar como professores com formação docente.

Ou seja, as políticas afirmativas de universidades como a UFMA têm favorecido esses avanços de qualidade na forma de professores indígenas atuar em suas escolas.

Agora, vamos a pergunta relativa ao que tem favorecido o trabalho pedagógico dos professores indígenas em suas escolas nas suas aldeias. Buscando entender mais a fundo o que eles vivem no cotidiano profissional.

3.4.9 Fale um pouco sobre quem tem ajudado no trabalho dos professores indígenas no poder público.

O município vem trabalhando muito em nossa realidade e, principalmente na cultura com professores bilíngue, e vem trazendo conteúdos da cultura e das realidades da comunidade, mas, na realidade não tem livros didáticos bilíngue, assim os conteúdos ficam muito à critério do professor. Com a ajuda da Secretaria municipal de Educação dos assuntos indígenas e com ajuda do vereador José Arão (P 1).

A Prefeitura de Grajaú, sob a gestão do atual prefeito Mercial Lima de Arruda juntamente com o vereador indígena José Arão Guajajara tem buscado atender as demandas das Escolas indígenas da T. I. Bacurizinho (P 2).

O Secretário de Educação do município, juntamente com a Secretária de Assuntos Indígenas do município têm dado ajuda quando é necessário especialmente o prefeito (P 3).

Em meio a tantas informações anteriores à respeito de falta de materiais didáticos, de reconhecimento de cursos de ensino Médio e, necessidade de mais investimentos na educação escolar indígena, nesta penúltima questão 3.4.9 houve uma ligeira mudança, pois, os 3 (três) entrevistados elogiaram a Secretaria Municipal de Educação, a Secretária de Assuntos Indígenas, a prefeitura de Grajaú - MA e o vereador José Arão por darem assistência quando solicitados.

Na última pergunta descrita abaixo, o interesse em desenvolvê-la foi investigar como os professores indígenas entendem a importância das políticas afirmativas à seu favor que busca promover a formação superior para atualizar suas práticas pedagógicas em suas escolas indígenas.

3.4.10 Explique uma coisa, as políticas afirmativas das faculdades, como a UFMA tem ajudado os indígenas a se tornarem professores com formação em docência? E, isso é algo bom para estes professores e, para a qualidade do trabalho que realizam nas escolas indígenas? Como?

Além da UFMA outras instituições como UEMA e IFMA vêm fazendo um trabalho excelente, os professores indígenas que se formaram nessas instituições vêm fazendo um trabalho de professor exemplar e a gente já percebe os resultados. E, é disso que as comunidades indígenas precisam, pessoas formadas, não só na parte da educação, mas em outras também, o que muitos precisam é acompanhamento e de oportunidades e sem contar com as dificuldades, desde já as bases agradecem as instituições (P 1).

A UFMA é uma instituição que sempre acolhe os indígenas para formação acadêmica, para que o professor tenha melhor condição de trabalho na carreira profissional dentro das escolas indígenas (P 2).

É uma oportunidade luminosa que a UFMA está concedendo essa formação de qualificação dos professores indígena Guajajara que me sinto como professor formado como docente, é algo muito bom para professor e para comunidade porque os conhecimentos que adquirimos tudo vai para nossa família e a comunidade através da escola (P 3).

Como pode ser percebido nas três respostas acima, são três professores indígenas que, responderam a esta última questão de forma muito conscientes da importância das políticas afirmativas para promoção de mudanças nas formas de trabalhar a pedagogia em sala de aula nas escolas indígenas.

O que é um bom sinal, a percepção de que a formação docente é o que mais lhes pode favorecer a alcançar processo de ensino-aprendizagem com melhores resultados e, que essa melhoria da qualidade da educação pode lhes abrir portas para novas oportunidades no mercado de trabalho como um todo.

Portanto, as políticas afirmativas à favor dos indígenas reflete que as faculdades estão, também dessa forma, cumprindo com sua função social uma vez que a formação em licenciatura torna a sociedade indígena menos vulnerável a injustiças sociais.

Toda a preparação para o estudo de campo foi direcionada à investigação das realidades vividas por professores indígenas com suas aulas bilíngue em escolas de aldeias da T. I. Bacurizinho de Grajaú – MA.

Uma vez que, a pesquisa prática tem o poder de revelar o que acontece na realidade, ou seja, sem teorias de teóricos com suas literaturas de opiniões próprias sem comprovações com as realidades para o objeto de estudos.

Outro ponto a ser destacado com o estudo de campo por meio de entrevistas é que os dados apurados foram livres de qualquer influência, ou seja, nas abordagens apenas as perguntas eram comentadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo sobre as realidades dos professores indígenas que lecionam de forma bilíngue em escolas da Terra Indígena Bacurizinho do município de Grajaú – MA, foi preciso fazer pesquisas bibliográficas para dissertar sobre diferentes fatores relacionados e esse objeto de estudo.

Nesse intuito, foi estudado teoricamente sobre as primeiras ações de alfabetização de indígenas no Brasil por parte dos padres da ordem dos Jesuítas da Companhia de Jesus durante o início do período colonial em meados do século XVI.

As lutas pelo direito à educação escolar dos povos indígenas brasileiros ao longo dos séculos em que eles eram tidos como não capazes de saber o que lhes seria melhor até o início do século XX quando passaram a ser representados pelo Serviço de Proteção ao Índio SPI e, com o tempo pela Fundação Nacional do Índio FUNAI que defenderam o direito à educação escolar nas aldeias.

Sendo mostrado que a Constituição Federal do ano 1988 foi marcada por grandes avanços em termos de investimentos na educação pública favorecendo a criação de escolas nas aldeias e, com o tempo, vieram as políticas afirmativas ofertando vagas em cursos de licenciatura para alunos indígenas. Vindo a promover justiça social na forma de melhoria dos serviços pedagógicos em escolas indígenas.

O que refletiu positivamente, por exemplo, em conquistas de mais cidadania e oportunidades de trabalho para muitos alunos indígena que, adquirindo formação de nível superior nestas últimas décadas, passaram a conquistar melhores condições de vida.

Mas, em sua última parte, este trabalho mostra o resultado do estudo de campo feito entrevistando professores indígenas que atuam em aulas na língua Português e na língua materna dos Guajajara para preservar a cultura linguística dos Tenteharas e, poderem favorecer o aprendizado direcionado para o Ensino Médio e, para um futuro ingresso em faculdade.

Investigando, dessa forma, as realidades dos professores indígenas das escolas nas aldeias da T. Indígena Bacurizinho que precisam dar aulas nas duas línguas e enfrentam suas realidades políticas, culturais e sociais na missão de promover educação escolar para alunos indígenas. Mas, o tema escolhido para este trabalho foi de muita importância e, todo o aprendizado poderá ser muito útil.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Márcia da Silva Damasceno. **Índio no livro didático: uma imagem que não reflete o povo Koiupanká**. Trabalho de Conclusão de Curso. Palmeira dos Índios: UNEAL, 2015.

AMORIM, Siloé Soares de. **Os Kalankó. Jaruaçu, Koiupanká e Jatokonn: Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão Alagoano**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS em 2010.

BARBALHO, José Ivanilson Silva. A descolonização da educação escolar indígena em Alagoas. In: ALMEIDA, Luis Sávio de; SILVA, Amaro L. d (Org.). **Índios de Alagoas: terra educação e política**. V. XIX. Maceió: CBA, 2019.

BARBALHO, José Evamilson Silva. A Descolonização da Educação Escolar Indígena em Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de.; SILVA, Amaro Hélio L. da (org.). **Índios de Alagoas: terra, educação e política**. V. XIX. Maceió: CBA, 2019.

BARBALHO, José Evanilson Silva. **Discurso como prática de transformação social: o político e o pedagógico na educação intercultural Pankará**. 583 p. 2013. (Tese) Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. SOUSA, Fernanda Brabo. Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil. **Revista Proposições**, v. 26, n. 2 (77) p. 143-161 mai./ago. 2015.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Palácio do Planalto – Casa Civil. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.html.
Estudo de internet feito no dia 08 / 02 / 2023.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional Para as Escolas Indígenas (RCNEI)**, de 1998. Brasília: MEC, 1998.

CANDAU, Vera Maria ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Caderno de Pesquisa online**. Vol. 46, n. 161, p. 802-820, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 5. Ed. São Paulo; Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Nonília Alice Quirino. **Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança: análise da revista brasileira de educação indígena**. Universidade federal da paraíba. Trabalho de Conclusão e Curso. 2018.

SILVA, Francisco João da. **Formação e Delimitação Territorial das Aldeias Koiupanká**. Trabalho de Conclusão de Curso. Palmeiras dos Índios: UNEAL, 2015.

SOARES, M. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever**. 1. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, Laura Tereza. Influência da liderança na qualidade da gestão democrática de uma escola pública. *Revista Liberato*, Novo Hamburgo, v. 18, n. 29, p. 01-132, jan./jun. 2015.

SOUZA, Maria Cecília de. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2010.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Povos Indígenas**. Maceió: CESMAC, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE “A”

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO / UFMA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DO
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS / PROFEBPAR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALUNO: RONILDO MARIZÊ RIBEIRO GUAJAJARA

**AS REALIDADES DOS PROFESSORES BILÍNGUES ATUANDO EM ESCOLAS
NA T. I. BACURIZINHO EM GRAJAÚ DO MARANHÃO**

Prezado professor (a) indígena da T. I. Bacurizinho de Grajaú- MA, eu irmãos de sangue de vocês Ronildo Marizê Ribeiro Guajajara aluno do curso de Pedagogia pela UFMA Polo Grajaú – MA estou concluindo este curso de nível superior e, para que isso ocorra de vez, preciso fazer um estudo de campo entrevistando professores indígenas. Apenas preciso que vocês respondam as perguntas listadas abaixo para concluir o estudo de campo que fará parte do meu trabalho de conclusão de curso TCC. Por hora muito obrigado pela atenção.

Coreto, eu _____ entendi do que se trata esta entrevista e, concordo em participar.

Assinatura

Grajaú – MA _____ do mês _____ de 2023

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS AOS PROFESSORES INDÍGENAS

Qual seu nome? _____

Idade? ____ anos Sexo: () Masculino () feminino

3.4.1 Há quanto tempo você já está dando aulas?

R.

3.4.2 Fale um pouco sobre sua formação

R.

3.4.3 O que você pensa, ser ou não importante o professor indígena ter formação docente?

R.

3.4.4 E, por suas experiências de vida e pedagógica, é importante dar aulas nas escolas de aldeia tanto em Português como em tupi? Por que? Fale da importância de cada um.

R.

3.4.5 Fale um pouco das realidades que você vive na sua escola. Facilidades, dificuldades etc.

R.

3.4.6 Depois deste tempo todo dando aulas nesta escola da T. I. Bacurizinho, em sua opinião o que pode ser feito para melhorar a qualidade de seu trabalho?

R.

3.4.7 Explique um pouco sobre os recursos que você utiliza para trabalhar nesta escola com os alunos. Quais métodos de ensino são utilizados?

R.

3.4.8 Como tem sido o rendimento de aprendizagem e de formação integral dos alunos indígenas?

R.

3.4.9 Fale um pouco sobre quem tem ajudado no trabalho dos professores indígenas no poder público.

R.

3.4.10 Explique uma coisa, as políticas afirmativas das faculdades, como a UFMA tem ajudado os indígenas a se tornarem professores com formação em docência? E, isso é algo bom para estes professores e para a qualidade do trabalho que realizam nas escolas indígenas? Como?

R.